

# Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento  
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:  
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento

(organizadores)

## **FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

## **V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

### **COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG**

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

### **COMISSÃO AVALIADORA**

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)  
Ivana Denise Parrela (UFMG)  
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)  
José Maria Jardim (UNIRIO)  
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)  
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)  
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)  
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)  
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)  
Moisés Rockembach (UFRGS)  
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)  
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)  
Ursula Blattmann (UFSC)  
Welder Antônio Silva (UFMG)

#### **COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG**

Amanda dos Santos da Paixão  
Cláudia Márcia  
Christiano B. Santos  
Edgar Gonzaga  
Élida Pieri  
Eliedir Marcelina  
Gilma Pereira  
Guilherme Diniz  
Gustavo Miranda Ferreira  
Nely Ferreira  
Luiz Henrique Loureiro  
Viviany Braga

#### **MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG**

Gilmar Rodrigues Barreto  
Gisele Maria Arcanjo  
Graziele Cristina Rodrigues Silva  
Neide Araujo Oliveira Braga  
Suellen Alves de Melo  
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz  
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA  
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy  
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)  Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.  Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8  1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.  CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31.270-010  
[www.eci.ufmg.br](http://www.eci.ufmg.br)

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO..... p.10**

**MOÇÕES..... p.12**

### PLENÁRIAS

**1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16**  
*Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29**  
*Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros*

**3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44**  
*Daniel Flores, Graziella Cé*

### COMUNICAÇÕES

#### I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

**4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63**  
*Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros*

**5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80**  
*Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes*

**6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes*

**7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114**

*Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro*

## **II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133**

*Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade*

**9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152**

*Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues*

**10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171**

*Mariana Batista do Nascimento*

**11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188**

*Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo*

**12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208**

*Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229**

*Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

**14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244**  
*Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva*

**15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258**  
*Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco*

### **III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS**

**16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276**  
*Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos*

**17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293**  
*Igor José Garcez, José Maria Jardim*

**18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314**  
*Ana Celia Rodrigues*

**19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326**  
*Margareth da Silva*

### **IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA**

**20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346**  
*Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas*

**21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363**

*Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva*

**22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382**

*Thayane Vicente Vam de Berg*

**23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397**

*Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado*

## **V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA**

**24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410**

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado*

**25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430**

*Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra*

## **VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451**

*Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes*

**27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471**

*Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak*

**28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489**

*Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros*

## **VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS**

**29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507**

*Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito*

**30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523**

*José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo*

**31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542**

*Alexandre de Souza Costa*

**32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556**

*Karina Veras Praxedes*

## **VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

**33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576**

*Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia*

**34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596**

*Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira*

**35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614**

*Rosale de Mattos Souza*

**36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633**

*Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

## **IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS**

**37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652**

*Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço*

**38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671**

*Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis*

**39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690**

*Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo*

**40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709**

*Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso*

40

**ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR:  
MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO***Zenóbio Santos Júnior**Luiz Cláudio Gomes Maia**Ana Maria Pereira Cardoso***1 INTRODUÇÃO**

A partir do século XXI, uma série de programas e ações do Ministério da Educação (MEC) e do Arquivo Nacional contribuíram para o crescimento, aperfeiçoamento e visibilidade dos documentos de arquivos das Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>1</sup>, entre elas: a expansão da educação superior no país e a legislação arquivística voltada para as universidades. A primeira foi essencial na política nacional das Universidades Federais, que passaram por um processo de reestruturação, iniciada em 2001, enquanto a segunda, está relacionada à legislação arquivística brasileira.

A Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, em seu segundo artigo, estabelece que “A IES deve manter permanentemente **organizado** e em condições adequadas de **conservação**, fácil **acesso** e pronta consulta todo o acervo acadêmico sob sua **guarda**” (grifo nosso). A partir desse documento a pesquisa buscou responder à questão: “Quais os fatores facilitadores e dificultadores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da região sudeste para manter a organização, conservação e acessibilidade dos documentos que compõem o acervo acadêmico sob sua guarda?”.

O objetivo desta pesquisa é analisar as facilidades e dificuldades das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sudeste no que diz respeito à manutenção, guarda e acesso aos documentos do acervo acadêmico.

A mencionada portaria é também um requisito legal e normativo de avaliação institucional do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis), conforme Nota Técnica DAES/INEP nº 025 de 12 de junho de 2015,

---

<sup>1</sup> As IES brasileiras podem ser públicas ou privadas. As instituições públicas de ensino são aquelas mantidas pelo Poder Público, nas instâncias Federal, Estadual ou Municipal.

o que torna necessária a adequação das IFES para atendimento às exigências definidas pelo MEC.

O artigo relata pesquisa se as instituições e os gestores dos acervos acadêmicos das Universidades Federais da região sudeste integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) do Ministério da Educação estão preparados, cumprindo ou se adequando às normas em vigor. A região sudeste foi escolhida por ser a que concentra maior número de Universidades Federais no país.

## **2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PAÍS**

O processo de reestruturação das Universidades Federais iniciou-se com o Plano Nacional de Educação (PNE), com a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que vigorou entre 2001 a 2010. O Decreto Nº 3.860, de 9 de julho de 2001, dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. As Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) podem ser públicas e privadas, sendo públicas aquelas mantidas pelo poder público, na forma federal, estadual ou municipal e financiada pelo estado, sem cobrança de matrícula ou mensalidade. Para fins de entendimento e alinhamento da nomenclatura, as IES do sistema federal de ensino serão referidas nesta pesquisa como as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 estabeleceu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) “criando condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior” (MEC, 2015).

Na Tabela 1, é possível identificar a expansão da educação superior nas Universidades Federais, após a implantação do REUNI, proporcionada pelo aumento no número de cursos, vagas e matrículas em todas as regiões do país. Em destaque os números correspondentes à região Sudeste, onde foi conduzida a pesquisa.

TABELA 1  
Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior  
Universidades Federais – por região

REGIÃO	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	% de Crescimento	2002	2013	% de Crescimento	2002	2013	% de Crescimento
NORTE	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
NORDESTE	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
SUL	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
<b>SUDESTE</b>	<b>430</b>	<b>1.332</b>	<b>210%</b>	<b>32.509</b>	<b>71.502</b>	<b>120%</b>	<b>139.641</b>	<b>275.687</b>	<b>97%</b>
CENTRO OESTE	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%
<b>TOTAL</b>	<b>2.047</b>	<b>4.867</b>	<b>138%</b>	<b>113.263</b>	<b>245.933</b>	<b>117%</b>	<b>500.459</b>	<b>932.263</b>	<b>86%</b>

Fonte: MEC/SESu (2015).

Atualmente são dezoito as Universidades Federais na Região Sudeste, cuja distribuição pode ser vista na Figura 1:

FIGURA 1 – Distribuição das Universidades Federais na Região Sudeste do país

MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	SÃO PAULO
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Universidade Federal do ABC (UFABC)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	ESPÍRITO SANTO

Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	

Fonte: MEC/REUNI (2007)

Uma das Universidades Federais apresentadas na figura 1, não foi objeto deste estudo, pois o autor deste artigo faz parte do quadro efetivo da instituição e atua em seu arquivo central desde 2009, um dos fatores motivacionais para realização desta pesquisa.

### 3 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO OU ACERVO ACADÊMICO

Segundo a Lei nº 8.159, 08 de janeiro de 1991, Art. 2º, são considerados arquivos

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

De acordo com Bottino (1994, p.67 *apud* SANTOS NETO; SANTOS, 2015), os arquivos universitários podem ser definidos como

o conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídica-acadêmica-administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções, constituindo a memória institucional.

Os arquivos universitários são responsáveis pela gestão dos documentos produzidos ou recebidos na instituição, tanto administrativa quanto academicamente, no uso de suas atividades-meio e fim (ensino, pesquisa e extensão). Para Bottino (2015, p.22)

a missão primária do arquivo universitário é a de preservar a herança documental da instituição, que se amplia uma vez que ele extrapola os limites do campus universitário, com atividades e serviços prestados. Assim tem por missão a gestão de documentos que comporta as duas vocações do arquivo, incidindo sobre os acervos produzidos e recebidos pela instituição, bem como sobre aqueles a ela incorporados

com vista a facilitar e atender melhor aos usuários em suas necessidades administrativas, pedagógicas e culturais.

Venâncio e Nascimento (2015, p.36) reconhecem um problema arquivístico enfrentado pelas IFES devido à acumulação das grandes massas documentais:

[...] os arquivos das IFES se encontram em graus variados de organização. Há numerosos casos de completo abandono, em que funcionários sem treinamento eliminam aleatoriamente séries documentais e/ou promovem o acúmulo de massas documentais em depósitos inapropriados.

Os arquivos universitários das IFES são temas que provocam discussões entre gestores das instituições, dos arquivos, pesquisadores e demais usuários da administração e da comunidade acadêmica no que tange à organização, conservação, acesso e guarda dos documentos. Conforme afirmou Bottino (2015, p.27):

a criação e organização do arquivo universitário são tarefas árduas, que requerem a adoção de medidas que visem à otimização dos serviços. Para que isso ocorra, a universidade precisa ter consciência da importância da **preservação** e **manutenção** de seus arquivos, advinda da percepção de que os arquivos **organizados** podem contribuir para a consecução dos objetivos institucionais, fornecendo informações ágeis, seguras e com qualidade, assegurando a eficiência e eficácia da organização de ensino, levando-a a cumprir seu papel na sociedade (grifo nosso).

A mencionada reestruturação das IFES, por meio das normativas federais específicas, provocou também o aumento de cursos, estudantes e arquivistas nas universidades, conforme mencionado por Roncaglio (2016, p.180):

Tal fenômeno tem a ver, em certa medida, com diferentes fatos que vêm ocorrendo neste início do século XXI: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e a consequente expansão dos cursos de Arquivologia no país, a contratação de arquivistas para atuar nas instituições universitárias e, também, a criação da Lei de Acesso à Informação em 2011.

Outro fator, responsável pela importância e desenvolvimento dos arquivos nas universidades, está relacionado à legislação arquivística. Essa constatação também foi feita por Oliveira et al (2014, p.76) no arquivo setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (CCHLA/UFPB):

As respectivas portarias, publicadas pelo Ministério da Educação, estabelecem obrigações e comprometimento dos gestores e arquivistas das IFES com seus acervos acadêmicos. Tal iniciativa tende a provocar, nas universidades públicas e privadas, uma atenção maior voltada aos conjuntos documentais das atividades-fim.

A Figura 2 destaca as principais leis, decretos e portarias da legislação arquivística no âmbito das IFES exaradas nas últimas três décadas:

FIGURA 2 – Legislação arquivística no âmbito das IFES das últimas três décadas

<b>Legislação arquivística</b>	<b>Determinação</b>
Lei nº 8.159/1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
Decreto nº 4.073/2002	Cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).
Decreto nº 4.915/2003	Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA).
Lei nº 12.527/2011	Regula o acesso à informação.
Portaria MEC nº 1.224/2013	Institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.
Portaria MEC nº 1.261/2013	Determina que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior são de uso obrigatório nas IFES.
Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015	Trata dos requisitos legais e normativos elencados no instrumento de avaliação institucional externa – Recredenciamento e Credenciamento para transformação de organização acadêmica (presencial) – Orientações aos Avaliadores Institucionais do BASIs.

Fonte: Arquivo Nacional/SIGA (2016). Adaptado pelo autor.

Os três primeiros artigos da Portaria MEC nº 1.224/2013, trazem recomendações relevantes para as IFES:

o acervo acadêmico será composto de documentos e informações definidos no Código de Classificação de Documentos (CCD) e na Tabela de Temporalidade Documental (TTD) as IFES devem manter organizado, conservado e de fácil acesso o acervo sob sua guarda a instituição deve indicar um servidor a ser responsabilizado como Depositário do Acervo Acadêmico (DAA)

Tais diretrizes são fortalecidas pela Portaria MEC nº 1.261, 23 de dezembro de 2013, que determina a utilização dos instrumentos técnicos: “o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior são de uso obrigatório nas IFES”.

A Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015 tem como objetivo informar aos avaliadores do BASIs sobre a avaliação dos Requisitos Legais e Normativos (RQL) e de verificação na visita da comissão de avaliadores para os atos de credenciamento, credenciamento institucional e credenciamento para transformação de organização acadêmica. O item 3 trata da “Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico” demonstrado na Figura 3:

FIGURA 3 – Requisitos Legais e Normativos da Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015, item 3: Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

3. MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO			
RQL	INDICADOR	IES (PREENCHIMENTO FE)	AVALIADOR <i>IN LOCO</i>
Portaria nº 1224, de 18 de dezembro de 2013. Nota Técnica Conjunta Seres/MEC – Inep/MEC nº 02/2014	2.1 5.9 a 5.11	Em processo de Credenciamento, informar sobre a existência de uma política para a manutenção e guarda do acervo acadêmico.	Verificar e relatar se e como a IES, em processo de credenciamento, comprova a existência de uma política para a manutenção e guarda e o acervo acadêmico.
	2.1 5.9 a 5.11	Em processo de Recredenciamento, manifestar-se sobre a implementação de uma política institucional para acervo acadêmico da IES.	Verificar e relatar se e como a IES em processo de Recredenciamento implementa uma política institucional para acervo acadêmico da IES.
	2.1 5.9 a 5.11	Informar se o acervo sob sua guarda é permanentemente organizado e está em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.	Verificar e relatar se e como o acervo sob guarda da IES está organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.
	2.1 5.9 a 5.11	Informar sobre a pronta disponibilidade do acervo para consulta, a qualquer tempo, pela CPA.	Constatar, em entrevista, e relatar se a CPA possui acesso a qualquer tempo ao acervo.
	2.1 5.9 a 5.11	Informar sobre a pronta disponibilidade do acervo para averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão.	Constatar e relatar se o acervo está disponível para a averiguação pela comissão de avaliadores.
	2.1 5.9 a 5.11	Manifestar-se sobre a comprovação de existência de documento de indicação do “Depositário do Acervo Acadêmico” (DAA) ao MEC, em cumprimento ao art 3º da Portaria MEC nº 1224/2013.	Verificar e relatar a situação de comprovação de existência de documento de indicação do “Depositário do Acervo Acadêmico” (DAA) ao MEC, em cumprimento ao art 3º da Portaria MEC nº 1224/2013.

Fonte: MEC/INEP (2015).

O SIGA da Administração Pública Federal (Decreto Federal 4.915, de 12 de dezembro de 2003) definiu a estrutura hierárquica e funcional dos arquivos públicos do Poder Executivo da seguinte maneira: órgão central, o Arquivo Nacional; os órgãos setoriais, como por exemplo, o Ministério da Educação e os órgãos seccionais (universidades, institutos federais, fundações, etc). A pesquisa objeto deste artigo ocupou-se dos arquivos ou acervos acadêmicos de universidades públicas.

#### **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa e quantitativa. Inicialmente, realizou-se o levantamento de dados com base em análise documental e bibliográfica e, em seguida, foi realizada a coleta de dados com a aplicação de questionários e entrevistas junto aos gestores das IFES.

A análise documental e bibliográfica foi feita por meio de visitas periódicas aos sites das dezoito Universidades Federais que compõem a Região Sudeste com vistas a conhecer melhor cada instituição, sua estrutura organizacional, o estatuto, o regimento e o setor de arquivo. Além das universidades, também foram realizadas buscas nos sites do Arquivo Nacional, Ministério da Educação, Controladoria Geral da União de forma a complementar o quadro de elementos para análise dos acervos acadêmicos.

Para coleta de dados junto às IFES foram enviados questionários (por e-mail ou pelas redes sociais) aos gestores ou responsáveis pelos arquivos ou do acervo acadêmico das dezoito Universidades Federais da Região Sudeste. O objetivo foi identificar a visão do arquivista ou do gestor do arquivo. Após a recepção das respostas, foram realizadas as entrevistas com gestores ou responsáveis daquelas instituições que apresentaram informações discrepantes, para mais ou para menos, da média das dezoito instituições pesquisadas.

#### **5 RESULTADOS**

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2016, com envio dos questionários às dezoito Universidades Federais da Região Sudeste; tendo o retorno de dezessete. Após a análise das respostas procedeu-se à identificação daquelas universidades que deveriam passar

pela entrevista, de acordo com o critério de discrepância em relação à média das respostas obtidas pelos questionários. A segunda etapa foi realizada por meio de entrevistas, no total de 4 (quatro) que ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2016.

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa, para o que se adotou a denominação numérica aleatória (IFES 1, IFES 2, IFES 3 até IFES 18) com a finalidade de preservar a identificação dos respondentes. Para facilitar a compreensão do cenário encontrado, optou-se por registrar as perguntas apresentadas seguidas pelas respostas aos questionários e entrevistas.

**Questão 1** – Considerando apenas servidores técnico-administrativos em educação, quantos arquivistas e técnicos de arquivo existem na Instituição? A resposta encontra-se na Tabela 2:

TABELA 2  
Arquivistas e técnicos de arquivo das IFES Sudeste

IFES Sudeste	Arquivistas	Técnicos de Arquivo	Total
IFES 1	2	0	2
IFES 2	9	0	9
IFES 3	24	23	47
IFES 4	7	1	8
IFES 5	0	0	0
IFES 6	5	1	6
IFES 7	53	24	77
IFES 8	4	0	4
IFES 9	0	0	0
IFES 10	0	0	0
IFES 11	2	0	2
IFES 12	1	0	1
IFES 13	3	1	4
IFES 14	1	0	1
IFES 15	2	0	2
IFES 16	0	0	0
IFES 17	2	0	2
IFES 18	10	4	14
TOTAL	125	54	179

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da tabela 2 indicam:

As dezoito IFES contam com 179 servidores, portanto uma média aproximada de 10 servidores para cada uma. A IFES 2 é a que mais se aproxima dessa média com 9 servidores em seu quadro

A soma de apenas duas IFES entre as dezoito totalizam 124 servidores (arquivistas e técnicos de arquivo), o equivalente a 69% do total dos servidores identificados nas universidades estudadas

Das dezoito IFES, quatro não possuem servidores qualificados em arquivo (arquivista ou técnico de arquivo). Sendo que, duas dessas possuem funcionários terceirizados exercendo atividades de arquivo.

Como mencionado anteriormente, as entrevistas buscaram esclarecer as situações discrepantes, de acordo com a tabela 2, foram selecionadas as IFES 3, IFES 5, IFES 7 e IFES 9 conforme a seguir:

Pergunta 1: O arquivo de sua Instituição é uma das que possuem a maior quantidade de servidores (arquivistas e técnicos de arquivo). Como é feita a distribuição da equipe nas Unidades Acadêmicas e Administrativas?

IFES 3 – As unidades solicitam ao arquivo assessoria técnica dos arquivistas, que orientam o servidor da própria unidade para realização do serviço (classificação, organização e destinação dos documentos) de acordo com os procedimentos vigentes. Os servidores não são alocados e não pertencem às unidades acadêmicas

IFES 7 – Antes, as unidades demandavam pedidos para contratação de arquivistas ou técnicos de arquivo, estes então ficavam lotados nas unidades que surgiram a demanda. Atualmente, identificamos a demanda, transformamos num projeto, alocamos o arquivista ou técnico num setor que depois retorna para o arquivo para a realização de outro projeto

Pergunta 2: Na sua Instituição não há servidores (arquivistas e técnicos de arquivo) no quadro de pessoal? Como são realizados os serviços de arquivo?

IFES 5 – Nos últimos dois anos, tínhamos dois funcionários (um servidor e um terceirizado) e três bolsistas. Nesse período, foram cadastrados mais de 20.000 documentos. E, desde junho de 2016, o arquivo conta apenas com uma colaboradora terceirizada

IFES 9 – Cada departamento é responsável pelo seu acervo.

As respostas permitem a constatação de que a expansão da educação superior no país com o decorrente aumento no número de informações e acúmulo de

documentos de arquivo nas IFES contrasta com a escassez de mão de obra qualificada. Paralelamente também é visível a disparidade no número de servidores trabalhando em cada IFES, apontando para um eventual descaso para com o cumprimento das normas vigentes.

**Questão 2** – Assinale o seu grau de satisfação ou insatisfação sobre a manutenção e a guarda do acervo acadêmico. A resposta encontra-se na Tabela a seguir:

TABELA 3 - Grau de satisfação ou insatisfação sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico

<b>Infraestrutura, Métodos e Técnicas</b>	<b>Muito Satisfeito</b>	<b>Satisfeito</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Pouco Satisfeito</b>	<b>Insatisfeito</b>	<b>Sem respostas</b>	<b>Total</b>
<b>Espaço Físico</b>	0	3	0	4	5	6	18
<b>Material Arquivístico</b> (pastas, caixas, etiquetas, etc.)	1	7	1	3	0	6	18
<b>Mobiliário</b> (estante, armário, arquivos de aço, deslizante, etc.)	2	3	1	4	2	6	18
<b>Método de Arquivamento</b> (alfabético, numérico, assunto, etc.)	2	8	0	2	0	6	18
<b>Classificação dos Documentos</b>	1	6	0	2	3	6	18
<b>Equipamentos</b> (computador, scanner, microfilmadora, etc.)	1	2	1	5	3	6	18
<b>Sistema Eletrônico</b> (cadastro, digitalização, gestão eletrônica, etc.)	0	3	0	4	5	6	18

<b>Preservação, Conservação ou Restauração de Documentos</b>	1	2	1	4	4	6	18
<b>Instrumentos de Pesquisa</b> (catálogo, inventário, nobrate, etc.)	0	1	4	2	5	6	18
<b>Tabela de Temporalidade Documental (TTD)</b>	0	3	3	4	2	6	18
<b>Descarte ou Eliminação de Documentos</b>	0	4	2	2	4	6	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns pontos merecem ser destacados:

As seis IFES que não responderam apresentaram os seguintes motivos: a gestão do acervo acadêmico não é realizada pelo arquivo central; não há servidores qualificados no setor acadêmico; resistência de servidores em fornecer informações sobre o acervo, mesmo se tratando de pesquisa acadêmica

As doze IFES que responderam, considerando a maioria, apontam como satisfatórios o material arquivístico; método de arquivamento; classificação dos documentos

O item descarte ou a eliminação de documentos ficou bem equilibrado: Para um terço das IFES aparecem como satisfatório para outro terço insatisfatório

O item preservação, conservação ou restauração de documentos dois terços estão pouco satisfeito e outro insatisfeito

Considerando a maioria, há pouca satisfação ou insatisfação quanto aos itens mobiliário; equipamentos e tabela de temporalidade de documentos

E totalmente insatisfeito, considerando também a maioria dos respondentes, para o espaço físico; sistema eletrônico e instrumentos de pesquisa.

Pergunta 3: Quais são as facilidades e as dificuldades encontradas para manter o acervo acadêmico sob sua guarda organizado, conservado, acessível?

IFES 3 – As dificuldades são o número reduzido de profissionais (arquivistas e técnicos em arquivo) para atuação nas assessorias técnicas, bem como nos processos de avaliação e seleção dos documentos que são transferidos para o Arquivo Central

IFES 5 – Porque a metodologia arquivística é completa e temos respaldo para achar um documento (informação) em qualquer tipo de documento (finalística). Utilizamos um banco de dados em planilha Excel, onde o documento é classificado por ano, tipo de documento, código da atividade; outro fator positivo é a identificação do documento e a localização física (capa, caixa, etiqueta)

IFES 7 – O Arquivo Central presta assessoria e interfere nas relações com as unidades. A legislação arquivística ajudou no convencimento dos servidores das unidades para a realização dos serviços. As dificuldades encontradas estão na mudança de cultura das áreas, na crise financeira e no descuido na preservação do acervo nas unidades. As respostas permitem a identificação de alguns fatores que explicam a insatisfação: ausência de servidores qualificados, falta de apoio da administração superior, dependência de parcerias com outras áreas, resistência de servidores na aplicação de novas metodologias de serviços arquivísticos.

**Questão 3** – A Instituição fez a indicação do Depositário do Acervo Acadêmico (DAA) conforme recomendado na portaria MEC nº 1224/2013?

O resultado foi o seguinte: Oito IFES responderam afirmativamente, sete negativamente, duas não souberam responder e uma deixou sem resposta.

Como pode ser visto, apesar de ser uma determinação do MEC, apenas oito IFES fizeram a indicação do DAA. De acordo com um dos respondentes “A IFES não fez a indicação de um Depositário do Acervo Acadêmico devido ao número de unidades custodiadoras do acervo acadêmico, permanecendo todos os gestores dessas unidades responsáveis por sua gestão e preservação”.

O Art. 3º da Portaria/MEC nº 1.224/2013 diz: “A IES pertencente ao sistema federal de ensino deverá indicar ao Ministério da Educação, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Portaria...” Passados três anos da criação

da citada Portaria, mais da metade da IFES desconhece ou não realizou a indicação do DAA.

**Questão 4** – O Arquivo da Instituição já foi avaliado após a criação da Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015?

Treze IFES responderam negativamente, quatro não souberam responder, uma deixou sem resposta. Constatou-se que nenhuma IFES foi avaliada após a publicação da Nota Técnica.

Merece destaque o fato de que até a data de realização da pesquisa nenhum arquivo das IFES havia recebido a visita de algum membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIs) para verificação do item que compõe o requisito legal e normativo “manutenção e guarda do acervo acadêmico”.

Os dados revelaram também que alguns arquivos das IFES desconheciam o documento de avaliação institucional. Como a Nota Técnica é relativamente nova (12 de junho de 2015), é provável que venham a ser avaliados futuramente. Isso foi constatado, durante a pesquisa, em que foram realizados pedidos de informação por meio do SIC em algumas IFES, cuja resposta foi: “Informo que a última Avaliação Institucional Externa (Recredenciamento) foi realizada in loco no ano de 2010 e homologada conforme Portaria MEC nº 1664, de 28 de novembro de 2011. A Secretaria de Avaliação Institucional da IFES 2 informou que a próxima avaliação externa na instituição será realizada em 2019”.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, pôde-se observar algumas situações que facilitam ou dificultam os serviços de arquivos nas IFES no que tange à manutenção, guarda e acesso aos documentos do acervo acadêmico. Uma delas está relacionada aos recursos humanos (Questão 1); à falta de profissional qualificado o que impacta diretamente nas ações gerenciais e operacionais. As IFES que possuem maior número de servidores qualificados (arquivistas e técnicos de arquivo) conseguem oferecer os melhores produtos de gestão documental.

É possível constatar que as três IFES que assinalaram “muito satisfeito” ou

“satisfeito” nos onze itens que tratam de infraestrutura, métodos e técnicas arquivísticas na instituição (Questão 2) são aquelas que estão mais preparadas para atender à Portaria MEC nº 1.224/2013 e demais normas arquivísticas.

Apenas oito IFES, dentre as dezoito, afirmaram fazer a indicação do DAA, enquanto as demais não informaram ou indicaram não ter conhecimento sobre a normativa (Questão 3).

Paralelamente à pesquisa sobre o DAA nas IFES e com o intuito de aprofundar no assunto, foi solicitado, no dia 02 de agosto de 2016, pedido de Acesso à Informação protocolado sob o nº 23480.013906/2016-18 ao Ministério da Educação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, a fim de levantar quais as Universidades Federais que compõem a Região Sudeste fizeram a indicação do DAA junto a Secretaria de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC).

Após algumas respostas que não contemplavam o pedido de informação, foram necessários dois recursos em 1ª e 2ª instância (24 e 31 de agosto de 2016) ao SERES/MEC para que o pedido fosse atendido e, somente no segundo, a resposta foi enviada pelo próprio Ministro da Educação Sr. Mendonça Filho, que admitiu erro na redação da Portaria nº 1.224/2013, formalizando a correção da normativa.

Em 05 de setembro de 2016, veio a resposta do recurso:

O MEC reconhece que houve erro material na redação do art. 1º da Portaria/MEC nº 1224/2013, por omissão do inciso II do art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo sido formalizado procedimento para correção do sobredito normativo. Registro que a atribuição da responsabilidade pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico das Universidades Federais é regulamentada conforme seus respectivos estatutos e regimentos internos, consoante disposto no art. 207 da Constituição Federal. Assim sendo, não consta neste Ministério nenhuma indicação das Universidades Federais de Depositário de Acervo Acadêmico, **apenas das Instituições de Ensino Superior Privadas** (grifo nosso).

De acordo com o MEC, somente as Instituições de Ensino Superior Privadas deverão indicar o responsável pelo DAA.

Em 14 de fevereiro de 2017, protocolo nº 23480.004005/2017-16, novo questionamento foi feito por meio do pedido de informação do SIC/MEC:

No dia 02 de agosto de 2016, solicitei pedido de informação a este ministério, cujo protocolo nº 23480.013906/2016-18 foi respondido em 05 de setembro de 2016

através do Memorando nº 211/2016/GAB/SERES/SERES, no qual, foi constatado erro material na redação do caput do art. 1º da Portaria MEC nº 1.224/2013.

Pergunto-lhes: A Portaria MEC nº 1.224/2013 já foi corrigida? Uma vez que, até a presente data, em consulta ao sitio do MEC, a nova portaria regulamentando a matéria não foi publicada com as devidas alterações determinadas pelo dirigente máximo do MEC.

No dia 07 de março de 2017, outra resposta do SIC/MEC: “Informamos que os procedimentos para revisão da Portaria MEC nº 1.224/2013, continuam em trâmite”.

Apesar da resposta e a revisão em trâmite, a dúvida sobre quem responde pelo acervo acadêmico permanece, se é o reitor, o gestor do arquivo ou o arquivista.

Em pesquisa (questão 3), verificou-se que oito IFES fizeram a indicação do Depositário do Acervo Acadêmico, além da Instituição que não foi contemplada nesta pesquisa, que também fez a indicação do DAA, somando-se então a nove, entre as dezenove IFES identificadas na região sudeste apresentadas na figura 1.

De forma resumida, a figura 4 apresenta as facilidades e dificuldades encontradas pelas IFES da Região Sudeste para manter a organização, conservação e acessibilidade aos documentos que compõem o acervo acadêmico sob sua guarda.

FIGURA 4 – Facilidades e dificuldades das IFES Sudeste

FACILIDADES	DIFICULDADES
Arquivistas e técnicos de arquivo	Servidor não qualificado
Arquivo como setor estratégico da IFES	Falta de apoio da direção da IFES
Política de gestão documental	Massa documental acumulada
Assessoria técnica	Organização dos arquivos sem critérios técnicos
Infraestrutura e recursos materiais e tecnológicos adequados	Falta de recursos e infraestrutura precária
CPAD atuante	Ausência de CPAD
Edital de Termo de Eliminação	Descarte indevido
Acesso à informação	Burocracia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Acredita-se que esta pesquisa seja de interesse para arquivistas e pesquisadores que buscam informações sobre os arquivos universitários ou acervos acadêmicos, em especial, das Instituições Federais de Ensino Superior.

Não obstante isso há que sugerir ao MEC a reavaliação da distribuição de vagas de arquivistas e técnicos de arquivos junto aos reitores das IFES, pois não basta criar leis e regulamentos arquivísticos sem que haja condições de planejamento, gestão e, principalmente, pessoal para execução de tais normas e serviços. A conscientização dos dirigentes sobre a importância da gestão documental acadêmica é crucial para que apoiem projetos arquivísticos, fornecendo condições mínimas de infraestrutura, pessoal, tecnologia e equipamentos.

O incentivo a grupos de pesquisa para o acervo digital institucional é essencial para a matéria arquivística das Universidades Federais. Estas questões apontam para soluções nas IFES, sem desconhecer a atual realidade dos arquivos, pois os desafios para implantação de sistemas eletrônicos dependem de ações governamentais, recursos financeiros e conhecimento técnico.

## REFERÊNCIAS

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. 3. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.21-32.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8 de janeiro de 1991. Brasília: Congresso Nacional, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos

públicos e privados. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4915.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015.** Brasília, DF: MEC/INEP, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2015/nota\\_tecnica\\_DAES-Inep\\_n025-2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2015/nota_tecnica_DAES-Inep_n025-2015.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013.** Determina a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, pelas IFES e dá outras providências. Disponível: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=24/12/2013>>. Acesso em: 10 fev 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Instituições de Ensino Superior (IES).** Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura\\_cursos.html](http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html)>. Acesso em: 19 mar de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).** Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior (SESu). **A democratização e expansão da educação superior no país: Balanço Social 2003 – 2014.** Brasília, 2015 b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal**. Subcomissão de Coordenação do SIGA do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/subcomissoes-de-coordenacao/129-ministerio-da-educacao-mec>>. Acesso: 29 jul. 2016.

OLIVEIRA, Maria das Graças Gonçalves de et al. O arquivo do cchla/ufpb e a adequação às portarias nº 1.224/13 e nº 1.261/13 determinadas pelo ministério da educação. **Archeion Online**, v. 2, n. 2, 2014.

RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, p.178-194, 2015.

SANTOS NETO, João Arlindo; SANTOS, Rosana Pereira dos. A gestão de documentos nos arquivos acadêmicos e a portaria MEC nº. 1.224/2013. **Informação@ Profissões**, v. 4, n. 1, 2015. p.82-103.

VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. 3. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



9 788565 609098



ECI  
ESCOLA DE  
CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

UFMG

PPG  
Ci  
Programa  
de Pós-Graduação  
em **Ciência**  
da **Informação**  
UFMG